



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

**FOLHA DE ROSTO DE INSCRIÇÃO DE TRABALHO A SER SUBMETIDO AO  
6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (MPPR)**

**INICIATIVA INTERINSTITUCIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE  
INTERSETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL DE TOLEDO/PR (RIPS)**

**SASSON, Susana Karen Hans.**

Assistente Social do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização em Metodologia para o Enfrentamento à Violência pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela UNIOESTE.  
[skhsasson@mppr.mp.br](mailto:skhsasson@mppr.mp.br)

**CORRÊA, Marcel Gustavo.**

Assessor Jurídico do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). Graduação em Direito pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização em Ciências Penais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).  
[mgorrea@mppr.mp.br](mailto:mgorrea@mppr.mp.br)

**PECEGUEIRO, Pamela Ellen de Oliveira.**

Estagiária de Serviço Social do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). Estudante do 3º ano de Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).  
[pamelapecegueiro@hotmail.com](mailto:pamelapecegueiro@hotmail.com)

**BIDARRA, Zelimar Soares.**

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estágio Sênior de Pesquisa na Université Laval – Québec/Canadá.  
[zelimar@yahoo.com.br](mailto:zelimar@yahoo.com.br)

**CESCONETO, Eugênia Aparecida.**

Professora do Bacharelado e Mestrado em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisadora-Membro do Grupo de Pesquisa e Defesa dos Direitos Humanos Fundamentais da Criança e do Adolescente (GEPDDICA). Coordenadora do Projeto de Apoio à Política de Proteção à Criança e ao Adolescente (PAPPCA). Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).  
[eugeniacesconeto@uol.com.br](mailto:eugeniacesconeto@uol.com.br)



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

## **NOVELLO, Cristhiane Loiva.**

Assistente Social, Diretora do Departamento de Saúde Mental na Secretaria da Saúde de Toledo/PR. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização em Micropolítica do Trabalho e Gestão em Saúde, pela Universidade Federal Fluminense (UFF).  
[cris.nov@hotmail.com](mailto:cris.nov@hotmail.com)

## **SANTANA, Aparecida Pereira Silva.**

Auxiliar de Enfermagem na Secretaria Municipal da Saúde de Toledo/PR. Professora do Curso Técnico em Enfermagem no Colégio Estadual Dario Vellozo. Graduação em Enfermagem pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Especialização em Estomaterapia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).  
[enf.cidasantana@hotmail.com](mailto:enf.cidasantana@hotmail.com)

## **SOUZA, Valdenice dos Santos.**

Assistente Social da Secretaria da Saúde de Toledo/PR. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização "Lato Sensu" em O Trabalho do Assistente Social - O Projeto Ético-Político e as Competências e Habilidades para sua Efetivação: Uma Discussão Contemporânea pela UNIOESTE. Especialização em Formação Integrada Multiprofissional em Educação Permanente em Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS).  
[valdenice9@hotmail.com](mailto:valdenice9@hotmail.com)

## **SILVA, Raquel Cassol da.**

Assistente Social e Diretora do Departamento de Proteção Social Especial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Proteção à Família de Toledo/PR. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização em Planejamento, Gestão e Avaliação de Políticas Públicas pela UNIOESTE.  
[raquelczss@yahoo.com.br](mailto:raquelczss@yahoo.com.br)

## **COELHO, Elis Francini Souza.**

Psicóloga e Diretora do Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social e Proteção à Família de Toledo/PR. Graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR).  
[elys\\_francyny@hotmail.com](mailto:elys_francyny@hotmail.com)

## **LEITE, Marília Borges.**

Assistente Social e Diretora do Departamento de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social e Proteção à Família de Toledo/PR. Graduação em Serviço Social pela Faculdade Educacional de Medianeira (FACEMED). Especialização em Fundamentos do Trabalho do Assistente Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).  
[marilia\\_borges01@yahoo.com.br](mailto:marilia_borges01@yahoo.com.br)

## **FORMIGHIERI, Janaína Mery Gomes.**

Psicóloga da Secretaria Municipal da Educação de Toledo/PR. Graduação em Psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR).



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

[vivencialpsicologia@hotmail.com](mailto:vivencialpsicologia@hotmail.com)

**GUZZO, Tatiani Maria Finkler de Lima.**

Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação de Toledo/PR. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialização em Direito Educacional pelo Instituto Tecnológico e Educacional de Curitiba (ITECNE).

[tatianiguzzo@gmail.com](mailto:tatianiguzzo@gmail.com)

**Forma de Apresentação:**

Poster

Oral

Apresentar em poster caso não seja selecionado para apresentação oral:  Sim  Não

**Eixo temático:**

Políticas públicas voltadas aos diferentes seguimentos sociais vulneráveis: mulheres, relações e identidades de gênero, criança e adolescente, pessoas com deficiência, idoso, migrante, população em situação de rua, população carcerária, minorias étnicas, família, dentre outros

Políticas Públicas de áreas diversas, como saúde, meio ambiente, habitação, educação, dentre outras.

Articulações com a sociedade civil: instituições, movimentos sociais e organizações não governamentais

Trabalho em rede e Intersetorialidade;

Formação profissional, supervisão de estágio, pesquisa, extensão;

Planejamento e gestão institucional, Recursos Humanos, Saúde do Servidor, Sindicatos e Fóruns, Interdisciplinariedade no MP;

Outras práticas e possibilidades de atuação.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

## INICIATIVA INTERINSTITUCIONAL PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE INTERSETORIAL DE PROTEÇÃO SOCIAL DE TOLEDO/PR (RIPS)

### RESUMO

O projeto RIPS surgiu diante da necessidade de aperfeiçoamento da interlocução entre as políticas públicas setoriais, com vistas a oferta de atendimentos melhores qualificados tecnicamente. A proposta se fortaleceu a partir da formação de uma “Equipe de Mobilização para a Intersetorialidade”, a qual passou a reunir-se com o intuito de pensar um “modelo” de estruturação de “Rede” adequado às especificidades do município de Toledo (PR), bem como estratégias para sua efetiva operacionalização, o que se encontra em curso. O desenvolvimento dessa proposta tem oportunizado momentos de interação entre profissionais de formação/áreas de atuação diversas, mobilizando-os e desafiando-os a formular e experimentar alternativas que vão na direção a uma prática intersetorial. Essa iniciativa de trabalho tem dado ocasião a um maior conhecimento dos órgãos e de suas respectivas atribuições para com a proteção social, bem como resultado na construção de fluxos e protocolos de atendimentos.

**Palavras-chave:** Intersetorialidade; proteção social; políticas públicas.

### INTRODUÇÃO

Uma realidade social complexa<sup>1</sup>, com configurações que demandam respostas cada vez mais elaboradas, exige, com intensidade crescente, que as intervenções profissionais extrapolem o âmbito da unidade/setorialidade e concentrem esforços em direção a multiplicidade/intersetorialidade, a qual gera amplitude ao olhar e, conseqüentemente, a atuação profissional. A intersectorialidade ainda se caracteriza como uma prática muito pouco explorada e experimentada pelos diferentes espaços de execução de políticas públicas setoriais, apesar de livremente referenciada enquanto alternativa para a solução de conflitos vivenciados na práxis<sup>2</sup> cotidiana.

A intersectorialidade pressupõe uma forma de gestão das políticas sociais que visa superar a fragmentação dos conhecimentos e das estruturas sociais, para com isso produzir impactos mais significativos e duradouros. Representa a articulação de poderes, setores e saberes para enfrentar e responder, de formar integrada e com objetivos comuns,

---

<sup>1</sup> Edgar Morin (2006, p. 14) entende por complexidade um todo com componentes inseparáveis, tramados em um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Segundo ele “a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade” (2005, p. 38).

<sup>2</sup> Práxis é aqui entendida como uma atividade prática adequada a fins contendo, portanto, um caráter teleológico. É a unidade da prática com a teoria (VÁSQUEZ, 2007).



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

a “questão social”<sup>3</sup>, considerando sua complexidade e expressões nos diferentes territórios (BRASIL, 2011, p. 65-66).

Com isso em mente, desde o ano de 2015, profissionais de diferentes áreas de formação e com atuação em órgãos públicos diversos passaram a se reunir com uma regularidade, por eles determinada, com vistas a operacionalização da prática intitulada “Rede Intersetorial de Proteção Social de Toledo/PR (RIPS)”. Esclarece-se, que para organizar, subsidiar e dar consistência teórico-prática ao desenvolvimento de tal iniciativa, compreendeu-se como necessária a sistematização dessa proposta de trabalho, mediante o formato de um projeto, cuja redação preliminar foi dada pelo Serviço Social do Ministério Público (MPPR), seguida de modificações e revisão técnica de docente do PAPPCA/Unioeste<sup>4</sup> e, na sequência, submetida a leitura, sugestões e validação dos demais profissionais que naquele momento<sup>5</sup> integravam a “Equipe de Mobilização para a Intersetorialidade” (EM). O Projeto tem como objetivo pensar estratégias para a construção de fluxos e protocolos de atendimentos, a partir de discussões amplas e pactuações que integrem todos os sujeitos envolvidos com as temáticas afetas e abordadas pela RIPS.

Desta forma, o presente artigo tem o intuito de dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela RIPS, o qual já materializa os seus primeiros efeitos/resultados. Para tanto, faz aproximação com o conceito de intersetorialidade e de sua importância para um processo contínuo de qualificação dos serviços; bem como para a ampliação da garantia de direitos aos usuários das políticas públicas, executadas no território municipal. Na sequência, detalha-se a operacionalização do Projeto, destacando-se alguns dos resultados alcançados.

---

<sup>3</sup>A categoria “questão social” busca dar conta da dinâmica da sociedade capitalista e das expressões que dela advêm. Ela é determinada pela relação de exploração entre capital/trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que o capitalismo se reproduz e acumula riqueza ele gera também uma população que vive da venda de sua força de trabalho e que se vê em situação de crescente pauperização (NETTO, 2001).

<sup>4</sup> A presente sigla se refere ao projeto de extensão universitária da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), desenvolvido por docentes e acadêmicos do Curso de Serviço Social.

<sup>5</sup> Importa esclarecer que a composição da Equipe de Mobilização para a Intersetorialidade (EM) é feita por adesão livre. No curso aproximado de doze meses de execução do Projeto apenas um membro se desligou em razão de ter se exonerado do quadro técnico da Secretaria da Educação do município de Toledo. Contudo, nesse mesmo movimento, um novo profissional integrou-se a tal Secretaria e, conseqüentemente, a EM.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Projetar uma intervenção sobre determinados aspectos da realidade social, a partir da ideia de redes intersetoriais, implica considerar a existência de pontos de contato e conexões. Esses são necessários para que ocorram as trocas entre os saberes e se alimentem os fluxos dos atendimentos provenientes das múltiplas intervenções profissionais (BIDARRA, 2009, p. 492).

Num contexto de mitigação e desconstrução da eficácia material dos direitos fundamentais previstos constitucionalmente<sup>6</sup>, de focalização e de sucateamento das políticas públicas, a ausência de estratégias efetivamente intersetoriais, que superem a sua execução individualizada

gera fragmentação da atenção às necessidades sociais; paralelismo de ações; centralização das decisões, informações e recursos; rigidez quanto as normas, regras, critérios e desenvolvimento dos programas sociais; divergências quanto aos objetivos e papel de cada área, unidade, instituição ou serviço participante da rede; fortalecimento de hierarquias e poderes políticos/decisórios e fragilização do usuário sujeito do conjunto das atenções na área social (BOURGUIGNON, 2007, p. 247-248).

A aludida fragmentação impede que cidadãos já vulnerabilizados e marginalizados possam acessar direitos e obter a garantia de usufruto de direitos historicamente adquiridos, enunciados pelo artigo 6º da Constituição Federal. Paradoxalmente, esse contexto político-institucional estimula a que a intersectorialidade seja utilizada sob o pretexto de dar cobertura a uma alegada escassez de recursos físicos e humanos por parte do Estado. Essa lógica de argumentação tem servindo como justificativa para a redução da cobertura estatal, no que se refere à composição de seus órgãos e a capacitação de recursos humanos. Seguindo essa trilha reforça-se a fragmentação dos serviços entre órgãos e equipes existentes,

<sup>6</sup> Sobre direitos sociais e sua fundamentalidade: “Assim, considerando a perspectiva dogmático-jurídica (mas não formal-positivista) da abordagem, reafirma-se a necessidade de uma leitura constitucionalmente adequada também da fundamentação (inclusive filosófica), da fundamentalidade e do conteúdo dos direitos sociais. É a Constituição Federal de 1988 (doravante referida como CF/88) o referencial que nos servirá de guia, assim como os compromissos (ou eventuais “descompromissos”) expressa e/ou implicitamente firmados pelo Constituinte em relação a determinadas concepções de justiça (abarcando a própria noção de justiça *social*) e com determinada ordem de valores, já que, de acordo com concepção amplamente consagrada, os direitos fundamentais (e os sociais não fogem à regra) expressam uma ordem de valores objetivada na e pela Constituição” (SARLET, 2007, p.3).



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

mediante viesadas parcerias e convênios com instituições, principalmente não governamentais. Numa lógica inversa, está uma via de interpretação que, atrelada ao conceito de democracia popular e participativa, considera a intersectorialidade como uma contrapartida qualitativa dos serviços para cidadão, compreendido como sujeito de direitos. Para esse fim, procura superar a fragmentação das políticas públicas pelas quais ele é atendido (BIDARRA, 2009, p. 489).

Por ter um ambiente adverso sob atual conjuntura, o fazer interdisciplinar e intersectorial constitui-se em uma construção política, intencional e direcionada, que não se dá mediante processos naturais e preexistentes. Trata-se de uma opção por articular os vários saberes/setores que se ocupam de diferentes fenômenos e/ou problemas e que interferem nas condições de vida de alguns sujeitos. Consiste numa luta insistente contra a apropriação (personalista, corporativa e monopolista) dos saberes que mantém o prestígio e/ou poder de sujeitos/setores isolacionistas (BIDARRA, 2009, p. 488).

Na atuação em rede intersectorial, deixam de existir hierarquias e ligações privilegiadas. A responsabilidade pelas análises e proposições de alternativas é compartilhada. Isso requer que cada vez mais se recuse um modelo de interação verticalizada, para que se caminhe em direção a um modelo de interação horizontal, que pressupõe atuação simultânea e complementar, numa clara mudança de atitude que almeja outro patamar de gestão do social.

O processo de construção da intersectorialidade exige um contínuo diálogo entre as diferentes áreas e pactuações de caráter coletivo, que devem considerar a diversidade, as particularidades, os limites e as especificidades de cada área, visando estabelecer nexos de interdependência e complementaridade. Para tanto, é necessário criar espaços de comunicação, de negociação, de mediação e de elaboração de estratégias, no sentido de estabelecer convergência nas ações e nos resultados esperados. A que se ter “capacidade para rever processos e fluxos de trabalho, compromisso com o fazer coletivo e postura de cooperação individual e institucional e de superação de vaidades”. Além dos aspectos apontados, o desenvolvimento de ações em rede intersectorial requer respeito ao trabalho de cada componente da rede, conquista de legitimidade, respeito ao ritmo e ao tempo histórico de cada instituição e da rede, instrumentos operacionais que possam facilitar as conexões,



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

tais como: reuniões, encontros, contatos periódicos, fluxos e protocolos<sup>7</sup> pactuados, entre outros (BRASIL, 2011, p. 36-37).

O conceito de intersetorialidade não deve ser naturalizado no cotidiano profissional, confundido com interlocuções pontuais e esporádicas, realizadas em situações de necessidade. Tampouco deve ser confundido com mero encaminhamento, o qual considera a articulação apenas para fins de repasse da informação. Não é, nem de longe, um livrar-se de problemáticas e circunstâncias. Pressupõe, sim, um trabalho conjunto e contínuo, envolvendo dois ou mais órgãos de forma que passem a conceber ações de forma integrada. Considera-se que estas passam a ter efetividade apenas quando agregam contribuições daqueles órgãos considerados imprescindíveis para a oferta de determinado atendimento.

O modelo de gestão intersetorial tem se mostrado mais factível quando construído para a integração e/ou complementação de uma ação em determinada área físico-territorial de abrangência. A articulação entre políticas públicas possibilita melhor utilização de recursos (humanos, financeiros ou materiais), alcance de patamares qualificados de intervenção em menor tempo e de resultados com impacto nas condições de vida da população (DEGENSZAJN, 2008, p.213).

### 3. TRAJETÓRIA E DESAFIOS

No município de Toledo, até o início do ano de 2015, era possível observar tímidos movimentos setoriais de interlocução, de sistematização de práticas interventivas e de padronização de instrumentais. Perceptíveis eram também as iniciativas isoladas de construção de fluxos de atendimentos, as quais, contudo, não se propagavam intersetorialmente. Investiu-se em sistemas informatizados que passaram a ser utilizados, ainda de forma inicial, acreditando-se que seriam estratégias suficientes para o alcance de

---

<sup>7</sup> Por protocolo compreende-se um conjunto de dados, informações e procedimentos operacionais padrão (modos de fazer/atuar) que definem, organizam, direcionam e registram formalmente os acordos e pactos estabelecidos para receber, processar e dar respostas ao problema/situação que se tornou objeto do atendimento das ações profissionais. O protocolo expressa a padronização dos procedimentos necessários para a resolutividade de uma problemática/situação de forma interconectada (Definição elaborada por Zelimar Soares Bidarra e disseminada no material disponibilizado em novembro de 2015, quando da 1ª. Capacitação da RIPS para a disseminação de conhecimentos, para fins de alinhamento conceitual entre os profissionais que participam da RIPS).



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

melhora na comunicação entre os profissionais e os serviços de uma mesma política pública, bem como experimentações de rotinização de fluxo de atendimento, para o qual, a título de ilustração, recorda-se a iniciativa no âmbito da política municipal de assistência social para o atendimento dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

A identificada necessidade de aperfeiçoamento da interlocução era recorrentemente mencionada por diferentes profissionais, em diferentes âmbitos organizacionais no município de Toledo. Dentre elas, surgiu, em 2014, mediante discussões entre a 5ª Promotoria de Justiça (Infância e Juventude) e o Serviço Social<sup>8</sup> do MPPR, a ideia de oportunizar momentos de interação entre os diferentes componentes da rede de atendimento, mobilizando-os em direção a uma prática intersetorial. Acreditava-se ser possível dar ocasião a um maior conhecimento a respeito destes órgãos e suas atribuições, bem como incentivar a construção de fluxos e protocolos de atendimentos, viabilizando assim o aumento da resolução administrativa das demandas.

Em março de 2015, a referida ideia começou a se fortalecer a partir do chamamento para o diálogo iniciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Proteção à Família (SMAS), que provocou a 5ª Promotoria, entre outros órgãos, para a discussão e problematização sobre fluxos de atendimentos, que envolviam a SMAS. Após esse primeiro encontro, coube ao Serviço Social do MPPR apresentar proposta de redação (uma versão preliminar) para um projeto de estruturação da “Rede de Proteção”, abrangendo o debate em torno da garantia de direitos para os diferentes segmentos (criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, entre outros), e a participação das diversas políticas públicas. Essa ideia foi bem-aceita por representantes da política municipal de Assistência Social, na medida em que a mesma vinha ao encontro da iniciativa anteriormente proposta, ampliando, contudo, o seu escopo.

Prosseguindo com a estratégia de aproximação, em abril de 2015, com articulação estabelecida entre SMAS e Serviço Social do MPPR, para fins de conhecimento de realidade assemelhada, participou-se da reunião da “Rede de Atenção e Proteção Social” do município de Cascavel/PR, o qual conta com proposta de trabalho intersetorial em efetivo funcionamento. Observar essa experiência auxiliou no delineamento da proposta para o município de Toledo.

---

<sup>8</sup> 15ª Unidade Regional de Apoio Técnico Especializado, localizada na comarca de Toledo/PR.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em maio deste mesmo ano, por ser o mês alusivo ao combate e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, a SMAS realizou em parceria com o PAPPCA/Unioeste um evento com a finalidade de melhor compreender tais modalidades de violência; bem como abordar o atendimento às vítimas sob a perspectiva interdisciplinar e intersetorial. A partir deste evento o PAPPCA passou a endossar as discussões realizadas em torno de uma rede intersetorial, dando importante contribuição quanto à organização metodológica da proposta interventiva.

Através da articulação inicial entre Ministério Público (Serviço Social e Assessoria Jurídica da 5ª PJ), SMAS e PAPPCA/UNIOESTE passou-se a convidar outros órgãos como as Secretarias Municipais da Educação e Saúde e o Serviço Auxiliar da Infância (SAI) da Comarca de Toledo para que aderissem e compusessem o grupo de trabalho que, posteriormente, foi nominado como “Equipe de Mobilização para a Intersetorialidade” (EM). A Equipe tem uma formação estratégica com vistas a facilitar a adesão de novos integrantes, a serem envolvidos em torno da proposta. Esta Equipe caracteriza-se como elemento articulador ao longo do desenvolvimento do Projeto e a ela cabe o investir e insistir no processo de envolvimento e convencimento dos demais atores que operacionalizam as políticas públicas setoriais.

Assim sendo, desde agosto de 2015, a Equipe de Mobilização, integrada por profissionais de diferentes formações (como: assistentes sociais, advogado, psicólogos e técnico de enfermagem) tem-se reunido periodicamente, para planejamento, sistematização e monitoramento das ações, objetivando viabilizar a prática intitulada “Rede Intersetorial de Proteção Social de Toledo/PR (RIPS)”. Tem-se por finalidade pensar estratégias para a construção de fluxos e protocolos de atendimentos, advindos de amplas discussões e pactuações que expressem a integração das intervenções entre os sujeitos envolvidos e as temáticas abordadas.

Após constituída a “Equipe de Mobilização para a Intersetorialidade”, as ações da RIPS tiveram início com a divulgação do Projeto a Conselhos de Direitos e de Políticas Públicas (Assistência Social; Criança e Adolescente; Idoso; Saúde e Educação), bem como ao Prefeito e secretarias municipais em reunião geral, sendo a divulgação realizada ainda de forma específica para as secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação. O intuito de



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

tal divulgação, que tem podido contar com amplo apoio da imprensa local, tem sido no sentido de fortalecer o apoio político e técnico para o desenvolvimento das ações da RIPS.

Realizada a divulgação inicial, o foco das atividades centrou-se na organização de um primeiro encontro entre os profissionais de diferentes políticas públicas, denominado como “1ª Capacitação da Rede Intersetorial de Proteção Social de Toledo/PR (RIPS)”. Este momento, cumprindo com o planejamento elaborado pela EM, foi pensado para desdobrar-se em duas etapas de trabalho, sendo a primeira a de alinhamento a respeito do conceito de intersectorialidade e a segunda, para discussão e avaliação de casos empreendida por meio da divisão dos participantes em grupos estrategicamente formados, para fins de proposição e seleção de problemáticas consideradas prioritárias, a serem tratadas pela dinâmica de funcionamento da RIPS, com vistas à pactuação de fluxos e protocolos de atendimentos. Para o fechamento dessa metodologia de seleção de problemáticas, constituiu-se uma plenária para eleger a ordem de prioridade do conjunto de problemáticas levantadas.

A primeira problemática elencada para a discussão foi a do Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes, a qual reuniu profissionais com intervenção na área e membros da Equipe de Mobilização no I Encontro da RIPS. O evento contou com explanação a respeito do tema “*O Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes no Município de Toledo: motivações, fluxos e serviços existentes*”, cujas exposições a cerca dessa realidade no município de Toledo foi realizada por representantes da 5ª. Promotoria de Justiça, da Vara da Infância e Juventude (VIJ) e da SMAS. O conteúdo de tais narrativas possibilitou organizar um painel contendo um tipo de fluxo local de atendimento. Em seguida, os participantes foram divididos em dois grupos, os quais elencaram os principais aspectos problemáticos (entraves/obstáculos/dificuldades) relacionados à temática, bem como sugeriram alternativas para sua melhora/superação/correção.

O II Encontro da RIPS deu prosseguimento às discussões e teve como tema central: “*Operacionalizando a Decisão de Acolhimento de Crianças e Adolescentes e o Ingresso no Serviço Institucional*”. Nesta ocasião passou-se a delinear o conteúdo do primeiro protocolo, o qual se limitaria a organizar o atendimento inicial de crianças e adolescentes aos quais fosse aplicada medida protetiva de acolhimento institucional. Com base nas discussões realizadas, a Equipe de Mobilização pode, então, iniciar o trabalho de sistematização, com vistas à formalização do documento.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

O III Encontro da RIPS discutiu a proposição do *“Instrumental para Acolhimento Institucional – Conselho Tutelar”*, como parte integrante do protocolo, a ser utilizado no momento do Ato de Acolhimento de crianças e adolescentes. O interessante em contar com essa forma de registro está em poder fornecer subsídios aos profissionais que, a partir de então, vierem a prestar atendimento a estes sujeitos, os quais possam obter mais detalhadas informações a respeito de cada caso. Ainda, também como componente do protocolo, definiu-se que os responsáveis/genitores devem receber – além da cópia do Mandado de citação e acolhimento, uma folha de informação, material impresso, que contém os endereços e contatos telefônicos da SMAS, da Vara da Infância e Juventude e dos Conselhos Tutelares do município.

Por fim, a partir desse conjunto de discussões e pactuações foi elaborado, aprovado e entregue, em atividade solene durante o IV Encontro da RIPS, o documento que expressa o Protocolo 01/2016 “Ato de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes” e seus apêndices “Instrumental para Acolhimento Institucional – Conselho Tutelar” e “Informações dos Serviços de Atendimento – Acolhimento Institucional” aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Ainda, no segundo momento desse IV Encontro deu-se sequência as discussões sobre o tema com vistas a construir as pactuações necessárias relacionadas aos procedimentos de permanência da criança/adolescente e de garantia dos direitos fundamentais pelos referidos serviços das políticas setoriais.

Atualmente, a Equipe de Mobilização tem se dedicado a organização das reuniões junto as equipes técnicas dos Serviços de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes e da Vara da Infância e Juventude, a fim de discutir sobre as dificuldades encontradas por estes profissionais durante o curso do processo de acolhimento; e as vias para o desligamento do serviço institucional. As informações que estão sendo coletas e as alternativas de rotinas que têm sido negociadas servirão como subsídio para a confecção do próximo protocolo da RIPS. Até o momento, foram 09 (nove) reuniões promovidas pela Equipe de Mobilização em 2015 e 14 (quatorze) em 2016, totalizando 23 encontros com o objetivo de planejar, divulgar, capacitar e monitorar as ações realizadas.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

## 4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Dentre os resultados do Projeto ora podem ser mencionados: a constituição de equipe interdisciplinar e interinstitucional que tem organizado a dinâmica de funcionamento da RIPS e a formalização e execução do Protocolo 01/2016 “Ato de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes”, o qual estabelece a sistemática para a concretização dos procedimentos relativos à execução da Medida Protetiva de Acolhimento Institucional. Sendo ela, medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, colocação em família substituta, conforme estabelecido no artigo 101, § 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990 – e atualizações).

Os apêndices “Instrumental para Acolhimento Institucional – Conselho Tutelar” e “Informações dos Serviços de Atendimento – Acolhimento Institucional” subsidiam a entrada no Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes com um rol de esclarecimentos importantes para a adequada execução da medida protetiva, podendo ter impactos positivos sobre os sujeitos atendidos e em suas famílias. Desde sua apresentação a comunidade toledana, o Protocolo se encontra em processo de operacionalização experimental e concomitante avaliação de processo, pelo período de quatro meses, sob o qual a Equipe de Mobilização tem a possibilidade de realizar esclarecimentos e pequenos ajustes, com vistas a consolidar a rotinização pactuada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dado o caráter político das relações que se estabelecem intersetorialmente, têm-se, ao longo de todo o processo, resistências quanto à tal forma de atuação, provenientes de diferentes profissionais e órgãos que são partes constituintes da RIPS. Isso devido a uma lógica de trabalho que é, historicamente, segmentada e individualizada. Contudo, a dissolução de tal resistência já pode ser percebida na medida em que, gradativamente, seus representantes fazem adesão a proposta e se tornam mobilizadores e/ou executores das propostas pactuadas.

Durante os diferentes momentos de pactuação organizados pela RIPS, se fazem presentes conflitos e tensões, os quais, contudo, não são compreendidos como dificuldades



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

mas, sim, como elementos constitutivos de trabalho com tal natureza. Quanto mais se abre mão da defesa de interesses corporativos (de cada segmento profissional) e decide-se investir no aprimoramento da pactuação coletiva, dão-se mostras concretas do crescente engajamento em direção a fluxos e protocolos que respondam, com clareza, as demandas estabelecidas, conforme nos orienta Bidarra (2009, p. 492), “é primordial assegurar que essas conexões expressem o fluxo das intervenções, uma rotina que indica/direciona o sentido do movimento. A observância dessa direção é imprescindível para que se possa alcançar a resolutividade”.

O trabalho que está se desenvolvendo no ambiente da RIPS vai expressar resultados imediatos, sob o formato de protocolos, fluxos e abertura de canais de comunicação entre as políticas e serviços, contudo será no médio e longo prazo que será possível observar e constatar os efeitos e a qualidade das mudanças operadas, quando sucessivos protocolos forem sendo elaborados visando alcançar diferentes segmentos da população, dando maior organicidade aos atendimentos prestados pelas políticas públicas setoriais. Quer-se, na verdade, favorecer e fomentar uma cultura permanente do diálogo, construindo uma possibilidade concreta de mudança na relação entre os diferentes serviços e seus profissionais de referência, em que uma lógica fragmentada e paliativa seja definitivamente abandonada, passando a imperar uma lógica que tenha como premissa a defesa incondicional dos direitos sociais e a proteção social por eles presumida.

## REFERÊNCIAS

BOURGUIGNON, Jussara A. (2007) Concepção de Rede Intersetorial de atendimento à criança e adolescente. *n: Programa de Capacitação Permanente na área da Infância e da Adolescência: germinar de uma experiência coletiva*. Cleide Lavoratti (org.). Ponta Grossa(PR):ED UEPG, 2007, p.245-251.

BIDARRA, Zelimar Soares. (2009) Pactuar a intersectorialidade e tramar as redes para consolidar o sistema de garantia de direitos. *In: Serviço Social e Sociedade, nº99*. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p. 483-497

BRASIL. (2011) *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. *In: Secretaria Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA.



# 6º ENCONTRO NACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. (2008) Processos de articulação na perspectiva socio-territorial. *In: Metodologias do trabalho social*. ARREGI, Carola Carbajal; BLANES, Denise Néri (orgs). São Paulo: IEE/PUC-SP, 2008, p. 209-216.

MORIN, Edgar. (2005) *Os sete saberes necessários a Educação do futuro*. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. (2006) *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

NETTO, José Paulo. (2001) Cinco notas a propósito da “questão social”. *In: Revista Temporalis – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, ano 2. Nº 3. Brasília: ABEPSS, jan/jul.2001, p. 41-49.

SARLET, Ingo Wolfgang. (2007) Direitos Fundamentais Sociais, Mínimo Existencial e Direito Privado. *In: Revista de Direito do Consumidor*, ano 16, nº 61. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, jan/mar 2007, p. 116.

SASSON, Susana Karen Hans. (2015) *Rede Intersectorial de Proteção Social de Toledo/PR (RIPS)*. Toledo/PR: 15ª URATE.

SEVERINO, Antônio Joaquim. (2010) Subsídios para uma Reflexão sobre Novos Caminhos da Interdisciplinaridade *In: Serviço Social e Interdisciplinaridade: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão*. SÁ, Jeanete Liasch Martins de (org). 8ª ed. São Paulo: Cortez, p. 11-21.

SILVA, Maria de Fátima Gomes da. (2008) Múltiplos objetos, múltiplos olhares: perspectivas interdisciplinares da pesquisa em educação no ensino superior. *In: Ideação – Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste*, v. 10, nº 1. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 1º sem. 2008, p. 105-122.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. (2007) *Filosofia da Práxis. Coleção Pensamento Social Latino-Americano*. São Paulo: Editora Expressão Popular.